



CENTRO ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE CARIA

**Demonstrações Financeiras
2023**



Tomás Pereira
João Louro

BALANÇO EM 31/12/2023

Rúbricas	Notas	Período	
		31-12-2023	31-12-2022
Ativo			
Ativo não corrente			
Investimentos Financeiros	7	19.858,49	19.022,48
Ativos fixos tangíveis	8	67.983,56	12.342,89
Sub-Total		87.842,05	31.365,37
Ativo corrente			
Inventários	9	4.041,45	3.214,65
Créditos a receber	10	15.252,48	7.849,18
Estado e outros entes públicos	11	3.707,93	5.005,42
Diferimentos	12	935,91	705,23
Outros ativos correntes	13	23.927,30	13.746,05
Caixa e depósitos bancários	14	197.418,34	128.997,99
Sub-Total		245.283,41	159.518,52
Total do ativo		333.125,46	190.883,89
Fundos Patrimoniais			
Reservas livres	15	38.507,20	38.507,20
Resultados transitados	15	140.440,15	140.440,15
Outras variações do fundo patrimonial	15	-236.255,07	-289.964,30
Sub-Total		-42.307,72	-111.016,95
Resultado líquido do período	15	86.342,69	-10.133,10
Total do fundo patrimonial		44.034,97	-121.150,05
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	16	48.000,03	60.000,00
		48.000,03	60.000,00
Passivo corrente			
Fornecedores	17	23.411,25	23.981,40
Pessoal		245,96	
Estado e outros entes públicos	18	15.742,59	18.239,62
Diferimentos		9.432,36	29.307,77
Outros passivos correntes	19	192.258,30	180.505,15
		241.090,46	252.033,94
Total do passivo		289.090,49	312.033,94
Total do fundo social e do passivo		333.125,46	190.883,89



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including the name 'Ana Lúcia'.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 2023

Rúbricas	Notas	Período	
		31-12-2023	31-12-2022
Vendas e serviços prestados	20	523.515,93	487.868,99
Subsídios, doações e legados à exploração	21	660.131,09	530.196,39
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	22	-155.442,93	-150.103,96
Fornecimentos e serviços externos	23	-120.730,34	-136.460,69
Gastos com o pessoal	24	-818.977,24	-738.946,87
Outros rendimentos	25	13.706,85	4.816,49
Outros gastos	26	-3.225,89	-1.497,22
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		98.977,47	-4.126,87
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	27	-9.900,36	-4.912,90
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		89.077,11	-9.039,77
Juros e gastos similares suportados	28	-2.734,42	-1.093,33
Resultado antes de impostos		86.342,69	-10.133,10
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		86.342,69	-10.133,10



Tomás P...
H. A.
maior...

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	Período	
		31-12-2023	31-12-2022
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		525.371,21	486.450,65
Recebimentos de subsídios, doações e legados à exploração		642.145,71	560.487,96
Pagamentos a fornecedores		-288.849,69	-351.344,62
Pagamentos ao pessoal		-618.359,45	-534.268,09
Caixa gerada pelas operações		260.307,78	161.325,90
Pagamento / recebimentos do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos / pagamentos		-122.262,59	-97.200,69
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		138.045,19	64.125,21
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-54.112,22	
Investimentos financeiros		-836,01	-3.601,20
Fluxos de caixa das actividades de investimentos (2)		-54.948,23	-3.601,20
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-11.999,97	
Juros e gastos similares		-2.676,64	-1.093,33
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-14.676,61	-1.093,33
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		68.420,35	59.430,68
<hr/>			
Caixa e seus equivalentes no início do período	14	128.997,99	69.567,31
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14	197.418,34	128.997,99



CENTRO ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE CARIA

Handwritten signatures and initials in blue ink.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS 2022

Descrição	Notas	Fundo Patrimonial	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações fundo social	Resultado Líquido do período	Total
Posição em 31 de Dezembro de 2021	1	38.507,20	140.440,15	-146.275,69		-144.497,49	-111.825,83
Alterações no período							
Aplicação do resultado de 2021	15			-144.497,49		144.497,49	
Outras variações 2022	15			808,88			808,88
Sub - total	2			-143.688,61		144.497,49	808,88
Resultado líquido do período de 2022	3					-10.133,10	-10.133,10
Posição no fim do período de 2022	4=1+2+3	38.507,20	140.440,15	-289.964,30		-10.133,10	-121.150,05



CENTRO ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE CARIA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS 2023

Descrição	Notas	Fundo Patrimonial	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações fundo social	Resultado Líquido do período	Total
Posição em 31 de Dezembro de 2022	1	38.507,20	140.440,15	-289.964,30		-10.133,10	-121.150,05
Alterações no período							
Aplicação do resultado de 2022	15			-10.133,10		10.133,10	
Outras variações 2023	15			63.842,33			63.842,33
Reconhecimento de subsídios ao investimento	17				15.000,00		15.000,00
Sub - total	2			53.709,23	15.000,00	10.133,10	78.842,33
Resultado líquido do período 2023	3					86.342,69	86.342,69
Posição no fim do período de 2023	4=1+2+3	38.507,20	140.440,15	-236.255,07	15.000,00	86.342,69	44.034,97



CENTRO ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE CARIA

Handwritten signatures and initials:
- Top left: A signature that appears to be "Luisa".
- Middle left: A signature that appears to be "H.P.". *Handwritten:* "na linha".
- Bottom left: A signature that appears to be "A. Fontes".

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR VALÊNCIAS

Rendimentos e Gastos	Apoio Domiciliário	Centro de Dia	Lar	Creche	Jardim	ATL	Períodos	
							31-12-2023	31-12-2022
Vendas e serviços prestados	41.302,90	22.320,88	396.651,87	13.132,72	18.558,99	31.548,57	523.515,93	487.868,99
Subsídios, doações e legados à exploração	101.256,14	26.380,42	316.851,89	131.635,86	58.007,70	25.999,08	660.131,09	530.196,39
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-19.287,08	-8.265,88	-90.693,45	-11.021,18	-17.909,42	-8.265,92	-155.442,93	-150.103,96
Fornecimentos e serviços externos	-13.902,68	-5.554,72	-73.851,86	-11.504,18	-6.710,94	-9.205,96	-120.730,34	-136.460,69
Gastos com o pessoal	-98.277,30	-57.050,70	-467.094,70	-98.277,30	-57.328,45	-40.948,79	-818.977,24	-738.946,87
Outros rendimentos	1.644,81	822,42	7.812,90	1.644,81	959,49	822,42	13.706,85	4.816,49
Outros gastos	-387,10	-129,02	-1.935,53	-387,10	-225,82	-161,32	-3.225,89	-1.497,22
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	12.349,69	-21.476,60	87.741,12	25.223,63	-4.648,45	-211,92	98.977,47	-4.126,87
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1.188,05	-396,02	-5.940,22	-1.188,05	-693,02	-495,00	-9.900,36	-4.912,90
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	11.161,64	-21.872,62	81.800,90	24.035,58	-5.341,47	-706,92	89.077,11	-9.039,77
Juros e gastos similares suportados	-328,17	-109,35	-1.640,66	-328,17	-191,36	-136,71	-2.734,42	-1.093,33
Resultado antes de impostos	10.833,47	-21.981,97	80.160,24	23.707,41	-5.532,83	-843,63	86.342,69	-10.133,10
Resultado líquido do período	10.833,47	-21.981,97	80.160,24	23.707,41	-5.532,83	-843,63	86.342,69	-10.133,10



CENTRO ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE CARIA

**Anexo às Demonstrações Financeiras
2023**



2023
ma lomo

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da entidade: Centro Assistência Paroquial de Caria com o número de identificação de pessoa coletiva 501 636 633

Sede: Urbanização Ceca do Conde, Rua do Lar, 6250-111 Caria.

Natureza da atividade

O Centro Assistência Paroquial de Caria é uma entidade sem fins lucrativos, foi constituída em 1986. O fundo patrimonial inicial da instituição é de 38.507,20 euros. Tem por atividade principal o apoio social para pessoas idosas com alojamento a que corresponde e CAE 87381.

A Direção entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo decreto-lei 98/2015 de 2 de junho e de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O sistema de normalização é composto por:

- Bases para a apresentação das demonstrações financeiras (BADF);
- Modelos de demonstrações financeiras (MDF) – Portaria 220/2015 de 24 de julho;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura conceptual);
- Código de contas (CC) - Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF-ESNL) - Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho
- Normas interpretativas (NI).

3 Adoção pela primeira vez das NCRF — divulgação transitória

A Instituição adotou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro “NCRF” pela primeira vez em 2012 aplicando para o efeito, a NCRF 3 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF). As NCRF foram aplicadas retrospectivamente para todos os períodos apresentados. A data de transição foi 1 de janeiro de 2012, e a Instituição preparou o seu balanço de abertura a essa data, considerando as isenções e exclusões a outras normas existentes, permitidas pela NCRF .Foram preparadas e aprovadas, de acordo com as disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.



Teófilo Faria
H. M.
Araújo

4 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

4.1 Bases de apresentação

4.1.1 Continuidade

A Direção procedeu à avaliação da capacidade de a Instituição operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, A Direção concluiu que a Instituição dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

4.1.2 Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, são registados nas respetivas contas das rubricas "Outros ativos correntes e Outros passivos correntes".

4.1.3 Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

4.1.4 Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

4.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

4.1.6 Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Instituição, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações



Tela Pereira
H. H.
Ana Alves

das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- I. A natureza da reclassificação;
- II. A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- III. Razão para a reclassificação.

4.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

4.2.1. Ativos fixos tangíveis

As reintegrações do exercício foram determinadas de acordo as taxas fixadas para este tipo de entidades.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento Básico	entre 4 e 8 anos
Equipamento de transporte	entre 4 e 8 anos
Equipamento administrativo	entre 2 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	entre 2 e 8 anos

Os ativos provenientes de doações e outras operações a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, valor pelo qual estão segurados, valor patrimonial tributário ou valor pelo qual figuravam na contabilidade. Os principais bens referem-se a imóveis, os quais são valorizados ao valor patrimonial tributário à data da aquisição gratuita deduzido de eventuais depreciações entretanto realizadas.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada no ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

4.2.2. Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo



Luís Pereira
Luís Pereira
Luís Pereira

se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

4.2.3. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Os “*Encargos financeiros*” de “*Empréstimos obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

4.2.4. Participações financeiras em subsidiárias

As participações em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são registadas pelo método do custo. De acordo com o método do custo, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função dos gastos incorridos anualmente, após a aquisição.

4.2.5. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. Este ponto é aplicável a todos “*Instrumentos Financeiros*” com exceção:

- I. Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- II. Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - i. Alterações no risco segurado;
 - ii. Alterações na taxa de câmbio;
 - iii. Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - iv. Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - (i) Alterações no preço do bem locado;



[Handwritten signatures and initials]
Ana Belo

- (ii) Alterações na taxa de câmbio;
- (iii) Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

O Centro de Assistência Paroquial de Caria adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out).

Os inventários que a Instituição detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, dos dois o mais baixo.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de Fundadores / beneméritos / patrocinadores / associados / membros, que se encontram com saldo final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registadas no ativo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os “Créditos a Receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Outros ativos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Instituição avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
Ana Louro

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

4.2.6. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- I. O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- II. É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- III. Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- IV. A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

4.2.7. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições da sua atribuição e de que estes irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam. O reconhecimento no Fundo Patrimonial gera o reconhecimento de passivos relativos ao imposto a pagar correspondentes a esses subsídios.

4.2.8. Provisões

Periodicamente, a Instituição analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e os quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um fluxo que seja razoavelmente estimado.



Handwritten signature and name: Ina Loua

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o mesmo montante que a Instituição reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir um fluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

4.2.9. Imposto sobre o rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos deste imposto *“As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas”*.

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 estariam sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87, com as exceções previstas nas alíneas a), b) e c) do n.º 3 do art.º 10.º, exceções que se aplicam à Instituição no exercício em análise relativamente aos rendimentos provenientes das atividades previstas naquele artigo.

O imposto sobre o rendimento do exercício, registado na demonstração dos resultados, quando aplicável, corresponde à soma dos impostos correntes. Os impostos correntes são registados em resultados.

O imposto corrente a pagar, quando aplicável, é calculado com base no lucro tributável da Entidade. O lucro tributável pode ser diferente do resultado contabilístico, uma vez que pode excluir diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão



Tomás Faria
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

dedutíveis ou tributáveis. As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade referente aos anos de 2019 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4.2.10. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- I. a receber ou a Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- II. Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis;
- III. Análise de imparidade de investimentos financeiros;
- IV. Registo de ajustamentos aos valores dos ativos (Clientes e outros créditos a receber);
- V. Apuramentos dos subsídios à exploração e ao investimento restituir.

4.2.11. Especialização de exercícios

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

4.2.12. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

5 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), líquidos de descobertos bancários e de outros



CENTRO ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE CARIA

[Handwritten signatures and initials]

financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31/12/2023 e em 31/12/2022 detalha-se conforme se segue:

Descrição	Conta	Período	
		31-12-2023	31-12-2022
Caixa (*)	11	24,10	2.482,00
Depósitos à ordem	12	197.394,24	126.515,99
Total		197.418,34	128.997,99

(*) - Valores guardados em cofre para pequenas despesas e valores recebidos depositados no mês seguinte

6 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não se verificaram alterações dignas de registo

7 INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022 o movimento ocorrido na rubrica "Fundos Compensação Trabalho", foi o seguinte:

Descrição	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Fundos compensação trabalho	19.858,49	19.022,48
Total	19.858,49	19.022,48

8 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	2023					Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Ativos						
Saldo inicial	193.679,42	96.235,47	76.004,09	4.470,14	3.361,25	373.750,37
Aquisições	997,15	13.591,10	40.521,12		10.431,66	65.541,03
Alienações			13.866,58			13.866,58
Saldo final	194.676,57	109.826,57	130.391,79	4.470,14	13.792,91	439.291,40
Depreciações acumuladas						
Saldo inicial	186.590,35	91.900,71	76.004,09	4.470,14	2.442,19	361.407,48
Depreciações exercício	754,64	4.118,16	4.727,46		300,10	9.900,36
Saldo final	187.344,99	96.018,87	80.731,55	4.470,14	2.742,29	371.307,84
Ativo líquido	7.331,58	13.807,70	49.660,24		11.050,62	67.983,56



CENTRO ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE CARIA

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, referidas no ponto 4.2.1.

2022						
Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos						
Saldo inicial	193.679,42	96.235,47	76.004,09	4.470,14	2.429,25	372.818,37
Aquisições					932,00	932,00
Saldo final	193.679,42	96.235,47	76.004,09	4.470,14	3.361,25	373.750,37
Depreciações acumuladas						
Saldo inicial	184.927,06	88.685,26	76.004,09	4.448,92	2.429,25	356.494,58
Depreciações exercício	1.663,29	3.215,45		21,22	12,94	4.912,90
Saldo final	186.590,35	91.900,71	76.004,09	4.470,14	2.442,19	361.407,48
Ativo líquido	7.089,07	4.334,76			919,06	12.342,89

9 INVENTÁRIOS

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022 a rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas”, é detalhado como se segue:

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Saldo inicial	3.214,65	5.054,73
Compras	156.269,73	148.263,90
Saldo final	4.041,45	3.214,65
Gasto no exercício	155.442,93	150.103,98

10 CREDITOS A RECEBER (ATIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022 a rubrica “Créditos a receber” é detalhado como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Creditos a receber - Utentes	15.252,48	7.849,18
Total	15.252,48	7.849,18



Talita Rosa
A
foral
ma loue

11 ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS (ATIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022 os saldos na rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Imposto sobre valor acrescentado		
Restituições IVA	3.707,93	5.005,42
Total	3.707,93	5.005,42

12 DIFERIMENTOS (ATIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022 os saldos na rubrica “Diferimentos” apresentava um saldo de 935,91 euros e 705,23 euros respetivamente, correspondente a seguros liquidados em 2023 referente a gastos a considerar em 2023.

13 OUTROS ATIVOS CORRENTES

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “Outros ativos correntes”, é detalhada como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Compensação remuneração educadoras	8.789,40	12.000,00
Despesas utentes - Farmácia	137,90	1.746,05
CRSS Subs. Carrinha Eletrica	15.000,00	
Total	23.927,30	13.746,05

14 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “outros ativos correntes” é detalhada como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Caixa	24,10	2.482,00
Depósitos à ordem	197.394,24	126.515,99
Total	197.418,34	128.997,99



Luís Pereira
João Luís
João Luís

15 FUNDO PATRIMONIAL

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, o “Fundo patrimonial” é detalhado como segue:

Descrição	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Fundo patrimonial	38.507,20	38.507,20
Reservas livres	140.440,15	140.440,15
Resultados transitados	-236.255,07	-289.964,30
Outras variações do fundo patrimonial	15.000,00	
Resultado líquido do período	86.342,69	-10.133,10
Total	44.034,97	-121.150,05

16 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

No exercício findo em 31/12/2023, a rubrica “Financiamentos Obtidos” apresentava a seguinte composição:

Descrição	31-12-2023		Total
	Corrente	Não corrente	
Emprestimo 7787137311	15.999,96	32.000,07	48.000,03
Total	15.999,96	32.000,07	48.000,03

17 FORNECEDORES

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022 a rubrica “Fornecedores” apresentava um saldo de 23.411,25 euros e 23.981,40 euros, respetivamente.

18 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (PASSIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Retenção impostos sobre o rendimento	1.520,53	3.147,25
Imposto sobre o valor acrescentado		1.023,94
Contribuições para a segurança social	14.222,06	13.743,92
FCT/FGCT		324,51
Total	15.742,59	18.239,62



Handwritten signatures and initials in blue ink.

19 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “Outros passivos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Pessoal		18.045,15
Fornecedores de investimento c/ corrente	10.735,50	
Credores por acréscimo de gastos - remunerações	181.522,80	162.160,00
Credores por acréscimo de gastos - outros		300,00
Total	192.258,30	180.505,15

20 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “Vendas e serviços prestados” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	31-12-2023	31-12-2022	
Vendas			
Produtos Higiene pessoal (produtos incontinência)	22.859,73	18.446,36	23,93%
Prestação de serviços			
Mensalidades/Matriculas	482.261,12	444.452,01	8,51%
Comparticipações utentes	18.215,56	24.599,10	-25,95%
Quotas/joias	179,52	371,52	-51,68%
Total	523.515,93	487.868,99	7,31%

21 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “Subsídios à exploração” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	31-12-2023	31-12-2022	
I.S.S. - I.P. - Acordos cooperação (*)	625.858,72	520.978,38	20,13%
Autarquias	8.006,29	2.414,18	231,64%
IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional	17.838,68	160,00	11049,18%
Subsidio eventual		1.165,00	-
IAPMEI-Retribuição Mínima Mensal Garantida		1.624,00	-
Doações	8.427,40	3.854,83	118,62%
Total	660.131,09	530.196,39	24,51%

*- Está incluída nesta rúbrica a verba aprovada e recebida no âmbito do Fundo de Socorro Social, no montante de 58 mil euros para equilíbrio financeiro e 4 mil para aquisição de equipamento, o que permitiu à Instituição um reequilíbrio financeiro e apresentar um Resultado Positivo o que já não se verificava desde 2017.



Teresa
Beneditina
da Loure

22 CUSTO EXISTÊNCIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “CMVMC” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		
	31-12-2023	31-12-2022	Variação
CMVMC	155.442,93	150.103,96	3,56%
Total	155.442,93	150.103,96	

23 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	31-12-2023	31-12-2022	
Trabalhos especializados	20.214,02	15.669,26	29,00%
Publicidade e propaganda	2.398,50	20,40	11657,35%
Vigilância e segurança	544,28	599,02	-9,14%
Honorários	13.200,50	33.272,00	-60,33%
Serviços bancários		90,15	-
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	7.164,51	882,77	711,59%
Material de Escritório	1.724,42	1.459,07	18,19%
Material para limpeza, higiene e conforto	28.096,46	27.901,45	0,70%
Material para conservação e reparação de bens	6.146,89	7.404,92	-
Artigos para oferta	440,34	363,15	21,26%
Outros materiais	8,50		-
Electricidade	13.840,06	8.625,22	60,46%
Combustíveis	5.713,89	4.698,31	21,62%
Água	332,68	420,86	-20,95%
Gás	14.624,00	16.503,46	-11,39%
Gasóleo aquecimento	1.011,00	13.626,24	-92,58%
Deslocações e Estadas	407,14	159,32	155,55%
Rendas e alugueres	732,12	305,05	140,00%
Comunicação	2.283,46	2.130,54	7,18%
Seguros	1.847,57	1.535,13	20,35%
Outros Serviços		794,37	-
Total	120.730,34	136.460,69	-11,53%



[Handwritten signatures and initials]

24 GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, o número médio de funcionário foi de 63 e 58, nos dois anos, e a rubrica “Gastos com o pessoal” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	31-12-2023	31-12-2022	
Remunerações do pessoal	662.897,31	595.116,15	11,39%
Encargos sobre remunerações	146.822,24	132.394,30	10,90%
Seguros acidentes trabalho	6.413,64	6.539,11	-1,92%
Indemnização		2.605,48	-
Outros gastos com o pessoal	2.844,05	2.291,83	24,10%
Total	818.977,24	738.946,87	10,83%

Número médio de funcionários	63	58	8,62%
------------------------------	----	----	-------

25 OUTROS RENDIMENTOS

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “Outros rendimentos e ganhos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	31-12-2023	31-12-2022	
Rendimentos Suplementares	485,26	1.867,35	-74,01%
Consignação de IRS	5.762,18	2.038,96	182,60%
Desconto P.P.obtidos		267,77	-
Alienações	2.500,00		-
Imputações de subsídios ao investimento	3.664,33		-
Outros não especificados	1.295,08	642,41	101,60%
Total	13.706,85	4.816,49	184,58%

26 OUTROS GASTOS

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “Outros gastos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	31-12-2023	31-12-2022	
Impostos		254,42	-
Outros encargos	3.225,89	1.242,80	159,57%
Total	3.225,89	1.497,22	115,46%



Teo *Rosa*
H *3*
gabriel
ma buo

27 GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” apresentava a seguinte decomposição:

Rúbrica	Período		Variação
	31-12-2023	31-12-2022	
Ativos fixos tangíveis (nota 8)	9.900,36	4.912,90	101,52%
Total	9.900,36	4.912,90	101,52%

28 CUSTO MÉDIO UTENTES

Descrição	Apoio Domiciliário	Centro de Dia	LAR
Total de encargos	133.042,21	71.396,34	639.515,76
Número médio de utentes	23	9	45
Custo anual por utente	5.784,44	7.932,93	14.211,46
Custo médio mensal por utente	482,04	661,08	1.184,29

Descrição	Creche	Jardim	ATL
Total de encargos	122.377,81	82.867,65	59.076,99
Número médio de utentes	32	22	36
Custo anual por utente	3.824,31	3.766,71	1.641,03
Custo médio mensal por utente	318,69	313,89	136,75

29 APRECIÇÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando no final de cada ano se faz o balanço do mesmo apercebemo-nos de todo o trabalho desenvolvido, com empenho e dedicação, considerando toda a complexidade organizacional e as condições da Instituição, em que os órgãos de gestão tiveram sempre presente a preocupação, o rigor e a contenção orçamental.

O ano de 2023 continuou a ser manifestamente um ano atípico dado que continuámos a viver a guerra na Ucrânia acrescida do conflito entre Israel e a Palestina, tendo trazido um impacto enorme ao nível dos gastos, voltando a gerar-se um aumento extraordinário dos custos de todos os produtos, bens e serviços necessários para desenvolver toda a atividade da Instituição.

Apesar do ano de 2023 ter sido de grandes dificuldades foi realizado todo um trabalho do qual fazemos um balanço muito positivo. Temos consciência de ter cumprido os objetivos a que nos propusemos, tendo-se trabalhado para uma gestão mais eficiente o que permitiu repor o equilíbrio financeiro da Instituição designadamente através da aprovação das candidaturas que foram efetuadas e submetidas no âmbito do PRR e ao Fundo Socorro Social.



CENTRO ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE CARIA

DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES PELA DIREÇÃO

A Direção aprovou as demonstrações financeiras em 23/05/2024.

Contabilista Certificado	Presidente	Vice Presidente	Secretário	Tesoureiro	Vogal
 Telma Fonseca	 António Manuel Cardoso Marques	 José Albino de Matos	 Gonçalo Alberto da Silva Oliveira	 Tiago André Alves dos Santos Duarte Gaspar	 Ana Maria Santos Louro